Revista
(RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS
EDIÇÃO ESPECIAL

ISSN 2965-2901
ISSN 2965-2987

Integração Interinstitucional e os caminhos para conter o Crime Organizado na América Latina:

Apresentações e debates para o fortalecimento da cooperação

INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
E OS CAMINHOS PARA CONTER O
CRIME ORGANIZADO NA AMÉRICA LATINA

v. 4 n. 15 (2026): Revista (RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Aicha de Andrade Quintero Eroud (Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - CESUFOZ/IDESF)

Alessandro Luiz Chichoski (Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - CESUFOZ/IDESF)

Eloiza Dal Pozzo (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF)

Luciano Stremel Barros (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF)

Editoração

Eloiza Dal Pozzo (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF)

Luciano Stremel Barros (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF)

Conselho Editorial:

Dr. **Alexandre Luiz Götz Weiler** (ESIC Brasil)
Me. **Admar Luciano Filho** (PRF)
Me. **Alex Jorge das Neves** (PM - Goiás)
Dr. **Antônio César Bochenek** (UEPG/ ENFAM)
Dr. **Camilo Pereira Carneiro Filho** (UFG)
Dra. **Daniela Nascimento** (Universidade de Coimbra)
Dra. **Eloiza Dal Pozzo** (UNILA/IDESF)
Me. **Fabiano Bordignon** (UNIOESTE/ UDC/IDESF)
Me. **Geórgia Renata Sanchez Diogo** (Madruga BTW)
Dr. **Ítalo Beltrão Spósito** (UFT)
Me. **Javert Ribeiro da Fonseca Neto** (IDESF)
Dr. **Juan Santos Vara** (Universidade de Salamanca)
Dra. **Laura Cristina Feindt Urrejola Silveira** (IREL/UnB)
Dra. **Licínia Maria dos Santos Simão** (Universidade de Coimbra)
Dr. **Luis Miguel da Vinha** (Flinders University)
Dr. **Pery Francisco Assis Shikida** (UNIOESTE)
Dra. **Rita de Cassia Pereira de Carvalho**
Dr. **Rodrigo Kraemer** (PRF)
Dr. **Tássio Franchi** (ECEME)
Dr. **Tomaz Espósito Neto** (UFGD)
Dr. **Vicente Giaccaglini Ferraro Junior** (UNESP)

DOI: 10.59731/rdf.v4i15

CC BY NC SA

Integração Interinstitucional e os caminhos para conter o Crime Organizado na América Latina:

Apresentações e debates para o fortalecimento da cooperação

Autores

Aicha de Andrade Quintero Eroud

Alessandro Luiz Chichoski

Ana Luisa Teles

Andreza Dolatto Inacio Alcantara

Ariana Regina Storer Brunieri

Inês Couto Macedo

Josué Gimenes

Rummenigge Ferreira Ruffo

Tasnim Airoud

Victor Antonio Cano Guillen

CC BY NC SA

APRESENTAÇÃO DO EVENTO

A criminalidade organizada transnacional representa um dos maiores desafios para a segurança pública e o desenvolvimento dos países da América Latina. Estruturadas em redes que transcendem as fronteiras nacionais, as organizações criminosas atuam em mercados ilícitos como o tráfico de drogas, armas e pessoas, o contrabando, a fraude aduaneira, os crimes ambientais, a lavagem de dinheiro e a cibercriminalidade, o que exige respostas coordenadas, permanentes e baseadas na cooperação entre instituições nacionais e internacionais. A região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina constitui um território estratégico para o fortalecimento dos mecanismos de integração institucional, em razão do intenso fluxo de pessoas e mercadorias, de sua relevância econômica regional e dos desafios associados à prevenção e ao combate às atividades ilícitas transfronteiriças.

Nesse contexto, o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), com o apoio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), por meio da Cátedra Jean Monnet, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-Defesa), organizaram, em agosto de 2026, o evento “Integração Interinstitucional e os Caminhos para Conter o Crime Organizado na América Latina”, reunindo autoridades, especialistas, pesquisadores e representantes dos setores público e privado para debater estratégias de cooperação, inteligência, governança e integração voltadas ao enfrentamento do crime organizado. No dia 4 de agosto, o evento foi realizado no auditório da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, em que participaram aproximadamente 100 pessoas. As falas de abertura foram realizadas por Rivaldo Venâncio (Superintendente Regional da Polícia Federal no Paraná), Saulo de Tarso Sanson (Diretor de Gestão em Políticas Públicas da SSP/PR), Jackson Roberto Barros Cerqueira Filho (Delegado-Chefe da Delegacia da PF em Foz do Iguaçu), Hélio Cysneiros Pachá (Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do estado de Rondônia), Coronel Jacks Daienne Galvão Pereira (Coordenador-Geral de Fronteiras, Divisas e Biomas (SENASP), Tássio Franchi (Professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e

CC BY NC SA

Pesquisador Sênior do King's College London), Fabiano Diniz (Delegado Adjunto da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu), Marco Antônio Palhano (Chefe do Grupo de Enfrentamento aos Crimes Contra o Fisco e a Saúde Pública (GEFIS) e Chefe da Delegacia da PRF de Pato Branco/PR), Carlos Alberto Duré (Chefe do Departamento de Acordos e Convênios de Cooperação Internacional da Polícia Nacional do Paraguai (Comando Tripartite), Marcelo Martín Molina (Chefe da Delegação Argentina do Comando Tripartite (Gendarmería Nacional Argentina), André Luciano Bittencourt Barbosa (Coordenador-geral de assuntos de fronteira do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), Marcos Antonio Farias (Chefe da Assessoria de Informações da Itaipu Binacional), Tenente-Coronel Éldison Martins do Prado (Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), Paulo Tinoco (Secretário de Segurança Pública de Foz do Iguaçu), Rogerio Oscar Botelho (Presidente OAB-Foz), Maria Teresa Gonzalez Esquivel (Ponto Focal para a América Latina do Centro de Genebra para a Governança do Setor de Segurança (DCAF) e Luciano Stremel Barros (Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

A seguir, a relação de organizações representadas no evento.

1. Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência SENASP/MJ – Coordenação geral de Fronteiras e Amazônia
2. Coordenação-Geral de Operações da Força Nacional/MJ
3. Polícia Penal (coordenação da 9a Regional em Foz do Iguaçu)
4. Polícia Federal
5. Receita Federal
6. GAECO
7. Polícia Rodoviária Federal
8. Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron)
9. Polícia Militar de Foz do Iguaçu
10. Polícia Civil de Foz do Iguaçu
11. Ministério Público do Estado do Paraná – 5ª Promotoria de Justiça
12. Representantes das Secretarias de Segurança Pública do Paraná, de Rondônia e do Acre

CC BY NC SA

13. Guarda Municipal de Foz do Iguaçu
14. Polícia Nacional do Paraguai
15. Polícia Federal Argentina
16. Gendarmería Nacional Argentina
17. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)
18. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
19. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
20. Itaipu Binacional
21. Ordem dos Advogados do Brasil
22. Intelbras
23. Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)
24. Eli Lilly do Brasil
25. BAT (British American Tobacco)
26. Bayer
27. Syngenta
28. Croplife Brasil
29. Poder Legislativo Federal
30. Centro de Genebra para a Governança do Setor de Segurança (DCAF)
31. Ministério da Justiça
32. Gabinete de Segurança Institucional da presidência da República
33. Exército Brasileiro – 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado
34. NAPI Segurança Pública e Ciências Forenses
35. UFPR
36. Universidade Católica de Valparaíso – Chile
37. UDC
38. Unioeste
39. Cesufoz
40. UNILA
41. ABIN
42. Cátedra Jean Monnet da UFGD
43. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)
44. CAPES

CC BY NC SA

45. Ministério da Defesa
46. Comando Tripartite
47. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná





Fotos: Suelen Bicicgo

CC BY NC SA

PREFÁCIO

Ao organizar este evento, nosso objetivo principal era promover debates e integração entre diferentes setores, órgãos públicos, iniciativa privada e pesquisa qualificada para que cada um dos participantes e organizações representadas pudesse levar aos seus postos de atuação e de trabalho novas percepções a respeito do combate ao crime organizado transnacional e mecanismos para promover a integração. Com isso, o evento foi viabilizado por meio das diretrizes da Chatham House Rule, que estabelecem que os participantes são livres para utilizar as informações compartilhadas, mas não devem revelar a identidade ou a afiliação de quem as apresentou.

A adoção dessa regra contribuiu para criar um ambiente de confiança, de diálogo aberto, franco e qualificado entre diferentes instituições e setores. Em um tema marcado pela complexidade e pelo caráter transnacional dos desafios, essa liberdade de diálogo mostrou-se especialmente relevante para aproximar visões, identificar pontos de convergência e ampliar a compreensão sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da segurança e da cooperação regional.

Por outro lado, por meio desta edição especial da revista (Re)Definições das Fronteiras, nossa intenção é reforçar a divulgação dos conteúdos abordados pela sua amplitude de informações e contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências. A riqueza deste encontro esteve justamente na diversidade de perspectivas reunidas em torno de um mesmo propósito. A participação de representantes de 47 organizações, provenientes de diferentes áreas de atuação, proporcionou um ambiente plural de debates e uma expressiva troca de experiências sobre os desafios e as possibilidades de enfrentamento da criminalidade organizada transnacional.

As experiências de campo trazidas para o evento, as situações empíricas e as literaturas compartilhadas certamente formaram ampla capacidade de diálogo, fortalecimento da segurança regional, da governança das fronteiras e do Estado de Direito.

CC BY NC SA

Que esta edição especial traga luz às comunidades acadêmicas, às forças de inteligência e segurança e aos mais diversos atores que, assim como nós, vêem na segurança pública um dos principais pilares para o desenvolvimento sustentável.

Luciano Stremel Barros
Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF)

CC BY NC SA

OBJETIVOS

O evento teve como objetivo promover o intercâmbio de experiências, fortalecer as redes de cooperação institucional e debater boas práticas relacionadas à prevenção e ao combate ao crime organizado na América Latina. Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- promover o diálogo entre instituições de segurança pública, fiscalização, defesa, justiça, academia e setor privado;
- apresentar experiências nacionais e internacionais de cooperação policial e integração fronteiriça;
- debater os impactos econômicos e sociais dos mercados ilegais, especialmente do contrabando e do descaminho;
- fortalecer os mecanismos de coordenação entre os diferentes níveis de governo por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) e da Política Nacional de Fronteiras (PNFron) do Brasil;
- fomentar a integração entre instituições brasileiras e organismos internacionais que atuam na segurança fronteiriça;
- aproximar pesquisadores, gestores públicos e profissionais da área de segurança para a construção de soluções baseadas em evidências.

METODOLOGIA

A elaboração deste documento teve como base os registros realizados durante os painéis e demais atividades do evento, a partir dos conteúdos, debates, experiências e reflexões compartilhados pelos participantes. Os textos apresentados foram sistematizados e organizados com o objetivo de registrar os principais temas, argumentos e contribuições que emergiram das discussões, sem constituir transcrições literais das falas. Em respeito às diretrizes da Chatham House Rule, as informações foram utilizadas sem identificação ou atribuição individual das manifestações aos respectivos participantes ou instituições, preservando-se a liberdade de expressão e o caráter aberto dos debates.

CC BY NC SA

Dessa forma, o documento busca refletir a riqueza das discussões realizadas e das experiências compartilhadas, valorizando o conteúdo coletivo produzido ao longo do encontro e contribuindo para sua posterior consulta, disseminação e utilização no fortalecimento da cooperação e da segurança regional.

SÍNTESE DOS PAINÉIS

2.1 Painel 1: Crime Organizado na América Latina

O objetivo central do painel foi debater as mutações estruturais das redes criminosas que operam nas zonas de fronteira e divisas, além de alinhar estratégias interinstitucionais para a descapitalização dessas organizações. O painel buscou consolidar um entendimento comum de que a criminalidade contemporânea atua de forma reticular e empresarial, exigindo do Estado uma resposta igualmente integrada, ágil e sistêmica.

DIAGNÓSTICO SETORIAL E IMPACTOS IDENTIFICADOS

Para compreender a amplitude do fenômeno criminal, as discussões foram pautadas por diferentes eixos de atuação estatal e analítica:

a) Perspectiva de segurança pública nacional e integração de divisas

Representantes de órgãos de segurança pública em nível federal, estadual e sulamericano destacaram a necessidade de expansão das operações integradas. O diagnóstico aponta que o crime organizado tem migrado de centros urbanos para a exploração ilícita de biomas (extração de ouro e madeira) e se aproveitando da falta de comunicação entre as polícias de Estados vizinhos. O impacto direto dessa falha de integração é a criação de "zonas de conforto" para a criminalidade em extensões territoriais desguarnecidas.

b) Perspectiva de inteligência estratégica e cooperação público-privada

Sob a ótica de inteligência e gestão de dados transnacionais, evidenciou-se que o roubo de insumos industriais (como madeira e cobre) atinge cifras bilionárias,

CC BY NC SA

subtraindo recursos cruciais para o desenvolvimento social. O principal impacto identificado foi a assimetria de linguagem técnica: as forças de segurança historicamente não compreendiam a complexa cadeia logística das indústrias afetadas, o que impedia a identificação do escoamento do produto ilícito para o mercado internacional.

c) Perspectiva de cooperação policial internacional e dinâmicas de fronteira

Autoridades ligadas à articulação policial em áreas de tríplice fronteira reforçam a necessidade de ampliação da cooperação internacional para enfrentar aquilo que diagnosticaram como o fenômeno do "espelhamento criminal". Organizações criminosas locais têm assimilado ativamente os métodos, a violência e as práticas de batismo prisional de grandes facções estrangeiras. Além disso, destacou-se o risco iminente de novos grandes corredores logísticos (como a rota bioceânica), que, embora vitais para a economia, servirão como artérias para o narcotráfico, tráfico de armas e contrabando, caso não haja fiscalização prévia adequada.

d) Perspectiva de controle aduaneiro e fiscalização tributária

Representantes da área de controle fiscal e aduaneiro desconstruir a tese do contrabando como um "crime sem vítimas". O diagnóstico aponta que o fluxo de mercadorias ilícitas (desde eletrônicos até medicamentos de alto valor) destrói o ambiente de negócios formal, inibe a inovação tecnológica e abastece o mesmo ecossistema de lavagem de dinheiro que financia atividades terroristas e o tráfico de entorpecentes.

Expôs a necessidade de utilização de tecnologia e avanços fiscalizatórios que possam dar agilidade e maior eficácia ao trabalho realizado nas aduanas. Evidenciou que a Receita Federal irá iniciar uma série de implantação de mecanismos tecnológicos que contribuirão para o avanço dos trabalhos fiscalizatórios.

CC BY NC SA

DESAFIOS TRANSVERSAIS E ESTRUTURAIS

A partir dos diagnósticos setoriais, o painel consolidou os seguintes desafios transversais enfrentados pelas instituições:

- Assimetria operacional e de recursos: O Estado atua sob limites orçamentários, burocráticos e estrita legalidade, enquanto as organizações criminosas possuem recursos financeiros abundantes e operam à margem de qualquer regra.
- Descentralização criminal: O modelo hierárquico tradicional deu lugar a redes fragmentadas com divisão sofisticada de tarefas. A neutralização de líderes isolados já não garante o desmantelamento das operações.
- Gestão de extensões territoriais continentais: A imensidão das fronteiras e a capilaridade da malha viária e fluvial dificultam a manutenção de efetivos policiais permanentes, gerando vácuos de vigilância. Urge a necessidade de implantação de mecanismos tecnológicos para conter o crime nas fronteiras.
- Fragmentação institucional: A ausência de interoperabilidade de sistemas e, por vezes, a falta de contato direto entre comandantes e gestores de áreas limítrofes atrasam o tempo de resposta estatal, que precisa atuar em frações de minutos. Aponta para a necessidade urgente de aprimorar mecanismos de integração interinstitucional e cooperação internacional.

DIRETRIZES ESTRUTURAIS E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Para superar a assimetria e os desafios estruturais, o painel elencou soluções pautadas na cooperação irrestrita:

- Foco na descapitalização e sufocamento financeiro: Priorizar operações que atinjam o patrimônio e a logística das organizações criminosas. Dados apresentados demonstraram que o foco em multas ambientais e apreensões gera prejuízos significativos que efetivamente freiam a expansão criminal.

CC BY NC SA

- Consolidação de mesas de trabalho público-privadas: O setor corporativo deve ser incluído ativamente na estratégia de segurança, capacitando policiais para identificar fraudes logísticas e documentais em cadeias de suprimentos específicas. Esta medida já provou reduzir drasticamente perdas financeiras em casos de contrabando de recursos naturais.
- Otimização do capital orgânico e uso de cães farejadores: Embora a tecnologia seja vital, a experiência do agente de segurança permanece como a barreira primária mais eficaz. Além disso, os investimentos em unidades caninas (K9) demonstraram um Retorno Sobre o Investimento (ROI) exponencial na apreensão de ilícitos, superando dezenas de vezes o valor empregado.
- Mecanismos de cooperação internacional desburocratizados: Fortalecer o Comando Tripartite e o compartilhamento de dados via agências internacionais. Adotar práticas legais ágeis, como a expulsão imediata de criminosos estrangeiros procurados, garantindo a entrega célere às autoridades do país de origem.

CONCLUSÃO

O diagnóstico do painel concluiu que o crime organizado transnacional se consolidou como uma macroestrutura empresarial de altíssima resiliência e poder financeiro. As fronteiras jurídicas e geográficas, que limitam a atuação do Estado, são ignoradas pelas redes ilícitas. Portanto, a resposta estatal eficiente reside no abandono do trabalho isolado. A sobrevivência da economia formal, a proteção dos recursos naturais e a manutenção da soberania dependem, imperativamente, da cooperação imediata entre estados vizinhos, da parceria com o setor produtivo privado e da ação coordenada internacional. Combater o crime com inteligência é, na sua essência, fomentar uma governança integrada e sem fronteiras. Governos nos três níveis e sociedade civil organizada precisam se unir para conter as ondas criminais nas fronteiras brasileiras.

CC BY NC SA

2.2 Painel 2: Contrabando e descaminho: o tamanho dos mercados ilegais - perspectivas da indústria

O painel teve como objetivo mapear a magnitude do mercado ilícito no Brasil e avaliar seus impactos socioeconômicos, tributários e regulatórios. O avanço do crime organizado transnacional tem cooptado, por meio da lavagem de dinheiro, cadeias produtivas formais, gerando reflexos graves que transcendem a perda financeira. O cenário atual nas fronteiras brasileiras demonstra que o contrabando reduz a arrecadação de impostos, precariza o mercado de trabalho formal, compromete a segurança digital, ameaça a saúde pública e financia facções criminosas que degradam o tecido social das regiões fronteiriças. Diante disso, o painel propõe diretrizes para uma cooperação integrada entre os setores público e privado.

DIAGNÓSTICO SETORIAL E IMPACTOS IDENTIFICADOS

Os mercados ilícitos migraram de operações amadoras para redes corporativas de alta sofisticação, caracterizadas por margens de lucro elevadas e canais modernos de distribuição e capilaridade invejável. Abaixo constam os diagnósticos específicos por segmento, preservando o anonimato dos palestrantes conforme a metodologia aplicada:

Agronegócio (defensivos agrícolas, sementes e biotecnologia)

Representação no painel: Especialistas técnicos e representantes institucionais de associações de biotecnologia agrícola e grandes fabricantes de insumos do setor.

• Defensivos agrícolas: O comércio ilegal de agrotóxicos é impulsionado pelo alto valor agregado dos produtos tecnológicos. Em 2022, o contrabando de insumos químicos de uso restrito ou proibido, como o Paraquat, registrou lucratividade equiparável à do tráfico de maconha. Contudo, o risco de punição penal percebido pelos criminosos é significativamente menor, criando um incentivo direto à prática.

CC BY NC SA

• Sementes e biotecnologia: Estima-se que 11% de todas as sementes de soja comercializadas no Brasil sejam de origem ilegal ("sementes piratas"). Este comércio irregular provoca um prejuízo econômico de R$10 bilhões à cadeia formal e uma perda direta de R$1,9 bilhão em arrecadação de impostos.

• Riscos e danos adicionais: O uso de herbicidas contrabandeados (como o Dicamba com alta concentração de adjuvantes) gera o fenômeno da "deriva", destruindo lavouras vizinhas e poluindo o solo e a água devido à ausência de controle técnico. Além disso, os defensivos apreendidos não podem ser reutilizados; o custo de sua incineração e destruição segura ambientalmente recai integralmente sobre a indústria legal formal. O painel evidenciou que os riscos associados perpassam por perdas financeiras para a indústria e para a arrecadação dos Estados, riscos à saúde dos consumidores e populações que vivem próximas às áreas onde o agrotóxico irregular está sendo aplicado e todos os riscos associados ao meio ambiente, como poluição de águas, riscos à fauna e a flora, e a contaminação de solos.

Setor Farmacêutico e Medicamentos

Representação no painel: Liderança técnica e executiva de laboratórios globais de pesquisa farmacêutica.

• Aumento de volume: O contrabando de medicamentos registrou crescimento expressivo no país. Na região de Foz do Iguaçu, o volume de apreensões saltou de 2 mil unidades para mais de 140 mil produtos em um intervalo de apenas seis meses.

• Mercado de terapias estéticas: O segmento de canetas emagrecedoras (como a Tirzepatida) enfrenta forte atuação do crime organizado, que disponibiliza versões falsificadas ou sem registro na Anvisa antes mesmo do lançamento dos produtos originais nas farmácias. Estima-se que 50% deste mercado no Brasil seja composto por produtos irregulares.

• Canais de distribuição e riscos à saúde: A comercialização migrou de feiras informais para redes sociais, academias de ginástica, clínicas de estética e plataformas de entrega rápida. Casos graves foram relatados, como a contrafação

CC BY NC SA

do medicamento GamImune e de medicamentos oncológicos vindos da Bolívia utilizando ilegalmente marcas estrangeiras consolidadas (que sequer fabricam tais produtos), gerando risco de morte direta aos pacientes.

Indústria do Tabaco

Representação no painel: Especialistas setoriais e representantes corporativos do mercado regulado de tabaco.

• Dimensão financeira: O mercado ilegal de cigarros movimenta cerca de R$ 10 bilhões por ano, quantia que equivale a dois terços de todo o faturamento estimado do tráfico de drogas no território nacional.

• Participação de mercado: O setor ilícito detém 31% do consumo nacional de cigarros. Desse total, 24% provêm do contrabando do Paraguai e 7% são fabricados internamente em instalações clandestinas ou por empresas devedoras contumazes.

• Causa raiz fiscal: A assimetria tributária extrema inviabiliza a competição por preço. Enquanto a carga tributária sobre o cigarro legal no Brasil varia entre 80% e 90%, a alíquota cobrada no Paraguai é de apenas 16%.

Tecnologia e Segurança Eletrônica

Representação no painel: Especialistas em segurança cibernética e lideranças da indústria de hardwares de monitoramento eletrônico.

• Dominância do mercado cinza: No segmento de câmeras de segurança Wi-Fi, o mercado informal já responde por mais de 70% do volume de vendas no país. O ritmo de crescimento desse comércio ilegal é duas vezes mais rápido que o das empresas regulares.

• Vulnerabilidade cibernética e espionagem: Equipamentos contrabandeados e sem homologação oficial ou certificação técnica trafegam dados e imagens sem criptografia auditada. Essas informações são direcionadas para servidores estrangeiros desconhecidos, expondo cidadãos e órgãos públicos ao monitoramento não autorizado, vazamento de imagens íntimas e riscos de espionagem de interesse nacional.

CC BY NC SA

DESAFIOS TRANSVERSAIS E ESTRUTURAIS

Os debates do painel apontaram que o combate ao mercado ilegal enfrenta barreiras complexas e sistêmicas:

• Disparidades regulatórias e fiscais: A extrema diferença de impostos e a falta de uma fiscalização padronizada entre os países vizinhos facilitam a consolidação de rotas de distribuição logística. O escoamento utiliza rotas tradicionais de transporte — como a conhecida 'Rota Caipira' —, aproveitando a mesma infraestrutura logística empregada pelo narcotráfico.

• Estrutura empresarial do crime: As redes criminosas funcionam com alta governança corporativa e logística que opera 24 horas por dia, sem as restrições geográficas, burocráticas ou orçamentárias enfrentadas pelas forças de segurança pública.

• Prejuízos sociais e econômicos: O contrabando estimula o trabalho informal, aumenta os índices de violência nas regiões de fronteira e financia diretamente facções criminosas. Adicionalmente, foi identificada a utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão em fábricas clandestinas dentro do país.

DIRETRIZES ESTRUTURAIS E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

Para reverter o avanço do mercado informal, os membros do painel técnico propuseram as seguintes recomendações prioritárias:

1. Integração operacional e parcerias público-privadas: Criação de forças-tarefa conjuntas permanentes entre as forças de segurança (Polícia Federal, Receita Federal, Polícias Estaduais) e a iniciativa privada, promovendo o compartilhamento ágil de dados de mercado e apoio técnico.

2. Harmonização e reforma tributária: Alinhamento diplomático e aduaneiro com países vizinhos (Brasil, Paraguai e Argentina) para diminuir as disparidades de alíquotas fiscais que geram arbitragem criminal e incentivam o descaminho.

CC BY NC SA

3. Responsabilização e fiscalização de plataformas digitais: Rigor na fiscalização e punição de marketplaces, redes sociais e aplicativos de entrega que comercializam itens sem homologação, sem nota fiscal ou sem registro regulatório.

4. Agilização regulatória: Redução da burocracia e dos prazos para homologação e registro de produtos formais pelas agências reguladoras nacionais, evitando o vácuo temporal de mercado que é aproveitado pelos contrabandistas para lançar produtos ilegais. Aprimorar mecanismos de homogeneização de legislações no Mercosul para homologação de produtos, buscar padronização entre as agências regulatórias dos países do bloco.

5. Financiamento para descarte de apreensões: Ampliar e replicar modelos setoriais nos quais a própria indústria financia a logística reversa, a destruição e a incineração ambientalmente segura dos produtos ilegais apreendidos pelas autoridades.

6. Revisão da legislação penal: Endurecimento das penas previstas para o crime de contrabando, aproximando as sanções das punições aplicadas ao tráfico de drogas. Regulamentar e tributar novos mercados emergentes (como cigarros eletrônicos) para conter o avanço do comércio clandestino e assegurar a arrecadação.

7. Campanhas de orientação ao consumidor: Desenvolver campanhas institucionais e digitais permanentes para alertar a população sobre os riscos reais à saúde, à segurança patrimonial e à privacidade de dados ao adquirir produtos sem procedência garantida.

CONCLUSÃO

O diagnóstico do painel indica que o combate aos ilícitos transnacionais exige uma mudança de postura imediata: é imperativo substituir operações policiais pontuais e isoladas por uma estratégia de segurança integrada, multifacetada e de longo prazo e buscar a integração interinstitucional para dar maior eficácia às ações do Estado.

CC BY NC SA

A lentidão regulatória e a falta de fiscalização preventiva têm causado danos irreversíveis à economia nacional, destruindo empregos formais, subtraindo bilhões em arrecadação pública e comprometendo a saúde dos cidadãos e a soberania digital do país. Embora a indústria nacional mantenha o interesse em investir no Brasil, a expansão do mercado informal atua como um desincentivo severo ao desenvolvimento do setor produtivo legal.

2.3 Painel 3: Cooperação Policial na América do Sul

O Comando Tripartite, criado em 1996 na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, atua na integração de inteligência e em operações conjuntas contra o crime transfronteiriço. Nesse contexto, o painel destacou a cooperação policial e institucional no combate ao crime organizado na América do Sul, enfatizando os desafios operacionais, tecnológicos e normativos das fronteiras. Para superar a fragmentação de informações e estruturas, ressaltou-se a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de atuação entre diferentes órgãos e países. Assim, a iniciativa consolida-se como um instrumento estratégico para a segurança regional.

ESTRUTURAÇÃO DE FORÇAS INTEGRADAS E A LOGÍSTICA DO CRIME

Um dos temas centrais foi a estruturação e padronização das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado, destacando-se a consolidação normativa dessas estruturas a partir de 2023 e sua atuação voltada à identificação de lideranças criminosas, ao enfrentamento da criminalidade violenta e à descapitalização das organizações criminosas. No contexto das regiões de fronteira, ganhou destaque a compreensão de que “quem detém a logística detém o controle”, ressaltando-se que o domínio das rotas, dos meios de transporte e dos mecanismos de circulação de mercadorias constitui elemento estratégico para a expansão das organizações criminosas.

CC BY NC SA

A Polícia Federal destaca que em alguns casos recentes de servidores alocados em regiões estratégicas (como no Rio de Janeiro e em áreas de fronteira), relacionados ao controle de contêineres, onde os trabalhos cooperados entre as corregedorias das instituições foram bastante importantes para conter os riscos, punir e mitigar a má conduta interna nas instituições. O tema da integridade interna e da corrupção foi apontado como delicado, porém fundamental de ser debatido abertamente em ambientes acadêmicos e de estudo. Durante as discussões, foram relatados casos em que indivíduos que inicialmente estavam envolvidos em funções logísticas de menor relevância nas organizações criminosas passaram, progressivamente, a ocupar posições de destaque no tráfico internacional, justamente em razão do conhecimento adquirido sobre rotas, métodos de transporte e mecanismos de circulação de mercadorias.

Também foi apontada a capacidade de adaptação das organizações criminosas, que passam a utilizar estruturas logísticas sofisticadas, inclusive mecanismos de ocultação e compartimentos destinados ao transporte de mercadorias, não apenas para atividades criminosas de maior gravidade, mas também para operações de menor potencial ofensivo e maior facilidade de execução. Nesse contexto, destacou-se que determinadas modalidades de descaminho podem apresentar relação favorável entre potencial de lucro e risco de responsabilização, especialmente diante da percepção de morosidade da execução penal e da existência de penas consideradas pouco dissuasórias para determinadas condutas.

Os dados apresentados apontam para um aumento expressivo nas apreensões de drogas e no volume de prisões no Brasil. Essas prisões — decorrentes de flagrantes e operações coordenadas — não resultam do combate isolado ao contrabando, mas sim do aprofundamento de investigações qualificadas e trabalhos integrados entre as instituições do Estado.

As estatísticas operacionais da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), evidenciam o enfrentamento ao contrabando e ao descaminho nas fronteiras, rotas terrestres e divisas estaduais, demonstrando o impacto das ações contra a entrada de produtos ilegais no país.

CC BY NC SA

Os resultados mostram um impacto significativo no enfrentamento à entrada de produtos e substâncias ilegais no país:

- Maconha: Apreensões de 9 toneladas em 2024, saltando para 29,76 toneladas em 2025 e alcançando 20 toneladas até agosto de 2026.
- Cocaína: Apreensões de 300 kg em 2024, 440 kg em 2025 e 600 kg até agosto de 2026.
- Prisões: 109 indivíduos detidos em 2025 e 95 prisões registradas até agosto de 2026, resultantes de flagrantes e investigações qualificadas.
- Eletrônicos: Mais de 6.200 smartphones e dispositivos eletrônicos apreendidos em 2025.
- Veículos: Registro de 52 veículos apreendidos no período recente.

A discussão reforçou, portanto, que o enfrentamento ao crime organizado não deve concentrar-se exclusivamente na apreensão de mercadorias ou na prisão de executores, sendo necessário alcançar a estrutura logística e financeira que sustenta as organizações.

As operações vêm sendo conduzidas por uma equipe reduzida. A agilidade e a integração direta entre as forças (Polícia Rodoviária Federal, Exército e demais órgãos) foram apontadas como os fatores determinantes para o êxito das operações, superando burocracias e o isolamento institucional.

MECANISMOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: INTERPOL E COMANDO TRIPARTITE

Outro eixo relevante foi a apresentação e discussão dos mecanismos de cooperação policial internacional, com destaque para os instrumentos disponibilizados pela Interpol e para as estruturas de cooperação existentes entre países fronteiriços. Foi abordado que a Interpol reúne atualmente 196 países e disponibiliza diferentes modalidades de alertas internacionais, conhecidos como Notices, destinados a finalidades específicas de cooperação policial. Entre esses mecanismos, destacou-se a Difusão Vermelha, utilizada como importante instrumento para a localização e captura de pessoas procuradas internacionalmente.

CC BY NC SA

Ressaltou-se, contudo, que a utilização desse mecanismo não substitui os procedimentos jurídicos internos necessários para eventual prisão e extradição no Brasil.

Também foi apresentada a evolução de mecanismos voltados ao rastreamento e à recuperação de ativos, destacando-se a chamada Difusão Prata, cuja finalidade está relacionada à identificação e localização de bens e recursos vinculados a atividades criminosas.

A discussão indicou uma mudança importante na lógica de enfrentamento ao crime organizado: além da identificação e prisão de seus integrantes, torna-se fundamental seguir o dinheiro e atingir a capacidade econômica das organizações.

Em paralelo, o Comando Tripartite foi apresentado como exemplo de mecanismo de cooperação caracterizado pela agilidade, horizontalidade e comunicação direta entre forças de segurança de países vizinhos.

Segundo os relatos apresentados, a existência de canais diretos permite que informações sejam compartilhadas com rapidez e que determinadas ações policiais sejam articuladas em períodos significativamente inferiores aos normalmente associados aos procedimentos tradicionais de cooperação internacional. Foi mencionada, nesse contexto, a possibilidade de determinadas respostas ocorrerem em até cinco dias, evidenciando a vantagem operacional de mecanismos horizontais e permanentes de comunicação em relação à dependência exclusiva dos canais diplomáticos convencionais. A experiência discutida reforçou a importância da existência de canais institucionais de comunicação direta, confiáveis e permanentes, capazes de responder à velocidade com que as organizações criminosas se movimentam entre diferentes jurisdições.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O FUTURO DA VIGILÂNCIA

A dimensão tecnológica ocupou espaço relevante no debate, especialmente a partir da provocação sobre a possibilidade de incorporar à segurança pública metodologias utilizadas por empresas de tecnologia e grandes plataformas digitais.

CC BY NC SA

Entre os conceitos discutidos esteve o uso de “nudges”, entendidos como mecanismos capazes de induzir ou orientar comportamentos, e a identificação de “sinais fracos”, ou seja, padrões aparentemente pouco significativos que, quando analisados conjuntamente, podem indicar situações de risco ou antecipar determinados comportamentos criminosos. Foi apresentada a possibilidade de desenvolvimento de um modelo de atuação orientado por risco, baseado na utilização de diferentes fontes de dados como “sensores”.

Nesse modelo, registros provenientes de fontes públicas ou privadas poderiam alimentar sistemas capazes de identificar padrões e gerar automaticamente “flags”, ou sinalizações, destinadas à análise e à tomada de decisão pelos agentes responsáveis.

A proposta discutida desloca parcialmente a lógica tradicional de investigação - baseada predominantemente na ocorrência do fato e na posterior busca por evidências - para uma perspectiva mais preventiva, preditiva e orientada pela análise de riscos. Ao mesmo tempo, o debate evidenciou a necessidade de enfrentar questões relacionadas à governança, à segurança e ao compartilhamento dos dados.

Uma das provocações apresentadas foi a necessidade de superar a fragmentação institucional das informações. Nesse sentido, foi defendida a ideia de que o dado deve ser compreendido como um ativo estratégico do Estado, e não como propriedade isolada de determinado órgão ou estrutura administrativa. A fragmentação das bases de dados foi apontada como um dos obstáculos à compreensão integral das organizações criminosas, uma vez que informações relevantes podem permanecer dispersas em diferentes instituições, impedindo que se forme o conjunto necessário para compreender as conexões existentes. A metáfora utilizada foi a de um “quebra-cabeça”, no qual cada instituição possui determinadas peças, mas a ausência de mecanismos eficientes de integração impede a visualização da imagem completa.

CC BY NC SA

ARQUITETURA NORMATIVA E O SISTEMA DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES DO MERCOSUL (SISM)

Outro eixo importante do painel foi a análise da arquitetura normativa da cooperação regional, com destaque para o Sistema de Intercâmbio de Informações do Mercosul (SISM).

Foi apresentado que o sistema, criado em 1996, contempla atualmente 10 países da América do Sul e possui um conjunto de normativas destinado a possibilitar o intercâmbio de informações relevantes para a segurança pública, incluindo dados relacionados a pessoas, veículos e armas.

Apesar da existência de uma estrutura normativa consolidada, mencionadas no debate 26 normativas relacionadas ao intercâmbio de informações, foram identificadas dificuldades significativas na aplicação prática desses instrumentos. Um dos principais problemas apontados foi a assimetria tecnológica entre os países participantes. Enquanto em determinadas estruturas nacionais o acesso ao sistema pode estar disponível a parcela ampla do efetivo policial, em outros contextos o acesso permanece concentrado em setores específicos de inteligência, em razão de limitações relacionadas à infraestrutura tecnológica e à disponibilidade de redes adequadas. Essa diferença produz uma espécie de integração normativa sem correspondente integração operacional plena. Nesse contexto, foram discutidas iniciativas destinadas à atualização e ao aperfeiçoamento dos mecanismos existentes, entre elas projetos vinculados ao Eurofront, com propostas de incorporação de recursos como biometria, rastreabilidade e mecanismos tecnológicos capazes de ampliar a interoperabilidade entre os sistemas nacionais. A modernização normativa foi apresentada como condição necessária para que a cooperação regional acompanhe a evolução tecnológica e as novas formas de atuação das organizações criminosas.

DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS

O último eixo de discussão abordou os fatores socioeconômicos e institucionais relacionados à expansão do crime organizado transnacional.

CC BY NC SA

Foi mencionado que as atividades relacionadas ao crime transnacional representam impacto econômico estimado em aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, dimensão que demonstra que o fenômeno ultrapassa a esfera estritamente policial e produz consequências econômicas e sociais relevantes. A desigualdade social, associada à insuficiência de oportunidades no mercado formal de trabalho, foi apontada como fator que pode facilitar o recrutamento de mão de obra pelas organizações criminosas.

Nesse contexto, destacou-se que as organizações criminosas conseguem recrutar indivíduos a baixo custo, especialmente para atividades operacionais e logísticas de menor complexidade, criando uma estrutura de trabalhadores disponíveis para diferentes etapas de suas operações. O debate ressaltou, portanto, que políticas de segurança pública não podem ser dissociadas de políticas de desenvolvimento social, geração de oportunidades e redução das vulnerabilidades socioeconômicas.

No campo institucional, outro ponto considerado fundamental foi a necessidade de harmonização legislativa entre os países. A existência de diferentes conceitos jurídicos, procedimentos, competências e níveis de responsabilização pode criar obstáculos para a atuação integrada, especialmente quando uma organização criminosa utiliza deliberadamente as diferenças entre os sistemas nacionais para reduzir seus riscos. Também foi destacada a necessidade de profissionalização contínua das forças de segurança, acompanhando a evolução tecnológica, financeira e operacional das organizações criminosas.

Por fim, chamou atenção a importância de transformar a cooperação baseada exclusivamente em relações pessoais em uma cooperação efetivamente institucionalizada. A confiança construída entre agentes de diferentes países constitui elemento importante para a cooperação, mas sua dependência excessiva pode representar fragilidade diante da alta rotatividade de servidores e agentes públicos. Assim, mecanismos, protocolos, sistemas tecnológicos e normativas permanentes devem garantir que a cooperação sobreviva à substituição dos indivíduos que atualmente ocupam determinadas funções.

CC BY NC SA

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS

A partir das discussões realizadas, podem ser sintetizados os seguintes desafios:

- Desarticulação e fragmentação de informações entre diferentes instituições;
- Necessidade de ampliar a integração operacional entre forças nacionais e estrangeiras;
- Diferenças de infraestrutura tecnológica entre os países;
- Necessidade de atualização e harmonização dos marcos normativos;
- Fortalecimento dos mecanismos de rastreamento e descapitalização das organizações criminosas;
- Necessidade de acompanhar a rápida evolução tecnológica utilizada pelo crime;
- Desenvolvimento de mecanismos de análise de dados capazes de identificar padrões e sinais de risco;
- Enfrentamento das condições socioeconômicas que favorecem o recrutamento de mão de obra pelo crime organizado;
- Profissionalização e capacitação permanente dos agentes públicos;
- Substituição de mecanismos dependentes exclusivamente de relações pessoais por estruturas institucionais permanentes de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O painel evidenciou que o enfrentamento ao crime organizado transnacional demanda uma mudança de perspectiva: não basta ampliar isoladamente a capacidade de cada instituição; é necessário aumentar a capacidade de conexão entre elas. As discussões demonstraram que as organizações criminosas operam de forma integrada, utilizando logística, tecnologia, recursos financeiros e redes transnacionais. Como consequência, respostas fragmentadas e exclusivamente nacionais tendem a apresentar limitações diante de estruturas criminosas que

CC BY NC SA

exploram justamente as fronteiras territoriais, jurídicas e institucionais existentes entre os Estados.

Nesse cenário, a informação aparece como elemento estratégico. A capacidade de coletar, compartilhar, cruzar e interpretar dados pode permitir tanto uma atuação mais eficiente na investigação de crimes já praticados quanto o desenvolvimento de mecanismos preventivos orientados por risco. Ao mesmo tempo, o debate demonstrou que a tecnologia, por si só, não resolve o problema. Sua efetividade depende de marcos normativos adequados, interoperabilidade entre sistemas, qualificação profissional, governança dos dados e confiança institucional. A experiência dos mecanismos de cooperação existentes na região, especialmente aqueles caracterizados pela comunicação direta e horizontal, demonstra que a agilidade pode ser decisiva no enfrentamento de organizações criminosas cuja atuação ultrapassa fronteiras nacionais.

Por fim, destacou-se que a cooperação regional precisa ser concebida como uma política institucional permanente, e não como resultado da confiança ou das relações pessoais estabelecidas entre determinados agentes. A construção de protocolos, sistemas, normativas e estruturas capazes de assegurar a continuidade da cooperação é fundamental para que os avanços obtidos permaneçam mesmo diante da alternância e da rotatividade dos profissionais envolvidos. Dessa forma, o painel reforçou a compreensão de que conter o crime organizado na América Latina exige integração operacional, compartilhamento de informações, inovação tecnológica, harmonização normativa, descapitalização das organizações criminosas e enfrentamento das vulnerabilidades sociais que alimentam seu processo de recrutamento.

2.4 Painel 4: Mecanismos de integração: Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIFs) e a Política Nacional de Fronteiras (PNFron)

Durante as discussões, destacou-se que os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs) possuem experiências consolidadas, como em Foz do Iguaçu,

Paraná, mas há alguns casos que enfrentam descontinuidades em razão de mudanças de gestão e pela oscilação da vontade política local.

Ressaltou-se que essa realidade ocorre nas três esferas de governo e que, atualmente, há um esforço para retomar e fortalecer a valorização desses gabinetes. Os GGIFs são compreendidos como instâncias de governança e ambientes de interação interinstitucional, reunindo órgãos estaduais, municipais e federais. Sua atuação permite a proposição de estudos, planos, ações e prioridades, além do acompanhamento de iniciativas conjuntas, sem retirar competências ou estabelecer hierarquias entre as instituições. Destacou-se ainda que os gabinetes são úteis tanto em regiões com menor densidade populacional e menor presença institucional, como a região amazônica, quanto em estados com grande concentração de órgãos, como Paraná e São Paulo, onde podem contribuir para organizar fluxos de informações, dados e ações. Nesse contexto, os GGIFs possibilitam maior coordenação, racionalização de recursos humanos e orçamentários e aumento da eficácia das políticas públicas de segurança.

Entre os encaminhamentos informados, destaca-se a elaboração em curso de um protocolo de atuação interinstitucional, com a possibilidade de vincular recursos de programas federais aos estados que criarem ou fortalecerem seus gabinetes. Foi mencionado, ainda, um protocolo de intenções com o BNDES para viabilizar linhas de crédito destinadas a investimentos em equipamentos e materiais.

Além disso, está sendo disponibilizado um modelo de decreto baseado em experiências consideradas exitosas, como as de Foz do Iguaçu (PR), o primeiro GGIF do litoral em Paranaguá (PR) e a experiência do Acre, como primeiro GGIF Internacional, reunindo Peru e Bolívia ao contexto, exemplos que podem facilitar a criação e implantação de novos gabinetes. O trabalho também busca atender às recomendações e determinações dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), para estimular a criação de gabinetes integrados no litoral e nas faixas de fronteira, bem como a reativação dos demais. Por fim, destaca-se que a cultura de integração, embora já reconhecida como necessária, precisa ser consolidada como capacidade permanente do Estado, mediante metodologias estruturadas, resultados mensuráveis e continuidade institucional.

CC BY NC SA

Um dos exemplos de Gabinetes que se consolidaram foi o GGI/Litoral, implementado no estado do Paraná, sendo o primeiro da fronteira leste brasileira. A resolução número 259, de agosto de 2022 explicita o funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública para a região Litorânea do Paraná, GGI/Litoral e já demonstra resultados práticos com a integração entre diferentes forças de fiscalização e segurança pública e a realização de operações conjuntas. Destaque também para o estado de Rondônia que anunciou no evento a criação do seu gabinete internacional aos moldes do Estado do Acre.

A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E A INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Destacou-se a importância histórica da cooperação entre as instituições policiais e os órgãos de controle, ressaltando que, no âmbito da segurança pública e da defesa nacional, a atuação coordenada deve prevalecer sobre iniciativas isoladas. Enfatizou-se que as organizações criminosas operam sem as restrições procedimentais e territoriais impostas ao poder público pelo princípio da legalidade, o que demanda mecanismos ágeis de integração e eficiência estatal. Nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi apresentada como uma instituição com consolidada tradição de integração nacional e internacional, inclusive na capacitação de agentes estrangeiros em sua universidade corporativa. A partir de parâmetros e experiências internacionais, a exemplo dos Fusion Centers norte-americanos, evidenciou-se que a interoperabilidade e a integração automatizada de dados superam os entraves decorrentes do isolamento das bases de informação.

No debate temático, pontuou-se que o principal gargalo atual não reside na ausência de dados, mas na dificuldade de relacioná-los e tratá-los de forma tempestiva. Diferentes órgãos, empresas e instituições possuem dados que, quando correlacionados, podem revelar padrões e auxiliar na identificação antecipada de situações de risco. Na sequência, apresentou-se a metodologia dos “sinais fracos” (weak signals), segundo a qual indícios, registros ou eventos preliminares aparentemente isolados podem, quando correlacionados analiticamente, produzir

CC BY NC SA

inteligência estratégica e indicadores acionáveis para a persecução penal e o policiamento preventivo.

A proposta central apresentada consiste na utilização de sensores analíticos e sistemas automatizados orientados por matriz de risco para converter dados difusos em indicadores de alerta (flags), direcionando a atuação das forças de segurança. Tais sensores abrangem ferramentas tecnológicas e bases cadastrais capazes de gerar e disponibilizar informações estruturadas. A integração interinstitucional permite estruturar um abrangente “mosaico criminal”, reduzindo o tempo de resposta e priorizando a intervenção sobre situações de maior gravidade e risco.

Ressaltou-se que esse modelo não substituiria os procedimentos legais e investigativos tradicionais, mas funcionaria como instrumento preliminar para orientar decisões e indicar onde aprofundar a investigação. Foram citadas experiências da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal, Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e dos Fusion Centers, além do SISPF e do SISP Sul, como exemplos de iniciativas voltadas à produção de informações acionáveis.

Por fim, destacou-se a necessidade de fortalecer a cooperação jurídica e policial internacional entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como estreitar a articulação entre o setor público e a iniciativa privada, assegurando o tratamento ético e legal dos dados em estrita observância às normas de proteção de dados (como a LGPD), rastreabilidade, segurança cibernética, auditoria e responsabilização por eventuais desvios de finalidade.

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL NA GESTÃO DE RISCO

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) de Foz do Iguaçu/PR, que conta com 17 anos de atividade contínua e 14 anos de experiência acumulada em sua Secretaria Executiva, foi apresentado como paradigma de governança local.

CC BY NC SA

Ressaltou-se que, além da repressão qualificada aos delitos, o principal foco do órgão reside na prevenção das violências e na resolução pacífica de conflitos, reduzindo a sobrecarga sobre o sistema de segurança pública.

Atualmente, o GGIM é composto por 27 instituições, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal, além de representantes da sociedade civil e da iniciativa privada, contando ainda com a participação e diálogo permanente com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Legislativo. Sua governança fundamenta-se na cooperação interinstitucional e na preservação da autonomia e competências constitucionais e legais de cada órgão.

As câmaras técnicas representam o braço operacional do gabinete, encarregadas de reuniões periódicas, planejamento e avaliação de operações. Adicionalmente, o Observatório Municipal de Segurança Pública fornece diagnósticos territoriais e indicadores baseados em evidências para orientar as tomadas de decisão. O gabinete estrutura-se em oito câmaras técnicas temáticas: enfrentamento à violência contra a mulher; segurança e criminalidade; fiscalização urbana; atenção psicossocial e políticas sobre drogas; combate ao tráfico de pessoas; proteção integral à criança e ao adolescente; meio ambiente; e prevenção ao suicídio.

Destacam-se as ações integradas de fiscalização preventiva, tutela de grupos em situação de vulnerabilidade e proteção ambiental, muitas delas articuladas em cooperação transfronteiriça com autoridades do Paraguai e da Argentina. Ressaltou-se a relevância do sistema de videomonitoramento compartilhado entre as instituições de segurança, otimizando o encaminhamento ágil de ocorrências e fornecendo suporte probatório às investigações policiais. A transparência e o acompanhamento dos trabalhos do gabinete são assegurados por relatórios de gestão periódicos, detalhando planos de ação, deliberações e resultados consolidados.

O modelo adotado em Foz do Iguaçu demonstra que a integração institucional coopera com o trabalho desenvolvido e traz respostas mais eficientes às demandas locais, especialmente em uma região de fronteira caracterizada pela intensa circulação de pessoas e pela conexão entre os três países.

CC BY NC SA

Por fim, reforçou-se que a segurança pública depende de uma rede ampla de cooperação, envolvendo órgãos públicos, iniciativa privada, universidades e sociedade civil, com ações fundamentadas em indicadores e planejamento conjunto.

MECANISMOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E INTEGRAÇÃO OPERACIONAL NA SEGURANÇA PÚBLICA

Quanto à aplicação prática da integração policial e transfronteiriça, evidenciou-se o papel dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs) como canais permanentes de coordenação. Como caso paradigmático de cooperação jurídica e policial internacional, cita-se a captura em território boliviano de dois cidadãos brasileiros vinculados à facção criminosa Comando Vermelho, foragidos da Justiça por homicídio qualificado, roubo majorado, tráfico internacional de armas e tráfico de drogas. A operação decorreu de investigações da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) na região do Juruá/AC, com fluxo ágil de dados de inteligência repassados à Polícia Boliviana, culminando na localização e prisão dos indivíduos.

A operação articulou esforços da Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Penal, comprovando a efetividade da atuação integrada. A estrutura do GGIF também viabilizou o devido reconhecimento funcional aos agentes e consolidou canais de cooperação com as autoridades bolivianas, as quais têm buscado diálogo frequente com o Brasil diante das rotas de narcotráfico nas rodovias federais BR-364 e BR-317.

Outro exemplo de cooperação humanitária e de defesa civil transfronteiriça envolveu o apoio mútuo entre Brasil e Bolívia durante o combate a incêndio em estabelecimento comercial em Cobija, quando a comunicação em tempo real possibilitou o emprego conjunto dos corpos de bombeiros de ambos os países. Foram mencionadas, ainda, operações integradas com emprego aeroterrestre, apreensões de entorpecentes na fronteira com o Peru e combate à extração ilegal de madeira e invasão de terras públicas.

CC BY NC SA

Na Operação Atalaia do Juruá, os relatórios de inteligência foram canalizados por meio do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), otimizando a governança e a logística operacional.

O Exército Brasileiro também foi destacado como parceiro estratégico, inclusive por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), que apoiam ações de resgate e proteção em regiões de difícil acesso. Para consolidar a governança fronteiriça, são utilizados recursos tecnológicos como aplicativos para agentes de campo, sistemas de inteligência, cercas elétricas, videomonitoramento e veículos aéreos não tripulados. Por fim, ressaltou-se que o Grupo Especial de Fronteira (GEFRON) desempenha papel que transcende a repressão a ilícitos transnacionais, alcançando comunidades isoladas e fortalecendo a presença do Estado, o que ratifica a cooperação interinstitucional como pilar indeclinável da soberania e segurança pública nas faixas de fronteira.

SÍNTESE DOS PRINCIPAIS DESAFIOS IDENTIFICADOS

A partir das discussões realizadas, podem ser sintetizados os seguintes desafios:

- Descontinuidade política: Trocas de gestão nas três esferas de governo fragilizam a atuação contínua dos gabinetes integrados;
- Sigilos de informação: Dificuldade histórica de conectar e relacionar bases de dados isoladas entre órgãos e o setor privado;
- Assimetria legal x criminal: O crime organizado atua com flexibilidade transnacional, sem as restrições burocráticas impostas às forças estatais;
- Vulnerabilidade geográfica: A imensa extensão territorial e o isolamento de áreas como a Amazônia dificultam o patrulhamento contínuo;
- Gargalos Operacionais na Fronteira: Limitações orçamentárias, burocracia internacional e escassez de recursos tecnológicos em regiões remotas;

CC BY NC SA

- Defasagem nos sinais fracos: Incapacidade de identificar antecipadamente pequenos registros que indicam a formação de cenários de risco;
- Gestão sem parâmetros: Falta de metodologias padronizadas e indicadores mensuráveis para avaliar o impacto real das ações conjuntas;
- Resistência à cooperação: Relutância de algumas instituições em compartilhar dados e integrar processos operacionais de forma transparente;
- Desarticulação com o setor privado: Insuficiente integração entre o poder público e a iniciativa privada para o compartilhamento seguro, ético e auditável de bases de dados estratégicas;
- Instabilidade de recursos: Ausência de financiamento permanente e vinculado para a manutenção de equipamentos e infraestrutura de rede.
- Fragilidade de articulação e governança para a criação de políticas públicas a partir das experiências encontradas nos GGIFs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O painel consolidou os avanços, desafios e diretrizes estratégicas para o fortalecimento e expansão dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), alinhando suas diretrizes aos objetivos da Política Nacional de Fronteiras (PNFron). Diante das assimetrias regionais e da descontinuidade administrativa decorrente de transições político-governamentais, impõe-se a necessidade de institucionalizar esses arranjos de governança como política de Estado permanente nas esferas federal, estadual e municipal. Como instâncias de coordenação interinstitucional que preservam as competências legais de cada órgão, os GGIFs articulam forças de segurança pública, órgãos de controle e fiscalização e o setor privado, otimizando o gasto público, antecipando riscos e enfrentando o crime organizado transnacional na América Latina. O aprimoramento da cooperação apoia-se na interoperabilidade tecnológica, no tratamento qualificado de dados, no diagnóstico territorial e na cooperação jurídica e policial internacional, premissas fundamentais para consolidar a integração como capacidade estatal estruturada e perene.

CC BY NC SA

No dia 5 de agosto, um grupo menor realizou visitas técnicas às estruturas do Núcleo Especial de Polícia Marítima da Polícia Federal – Base Estaleiro, à Aduana da Ponte Internacional da Amizade (Foz do Iguaçu-Ciudad del Este/PY), à Aduana da Ponte da Integração (Foz do Iguaçu-Presidente Franco/PY) e ao Depósito de mercadorias apreendidas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu.





CC BY NC SA





Fotos: IDESF.

CC BY NC SA

v. 4 n. 15 (2026): Revista (RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS

IDESF · PPGCM · CAPES · Funded by the European Union · Cátedra Jean Monnet UFGD · Ministério da Defesa · Universidade Federal da Grande Dourados · PROCAD-DEFESA Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional · ESUFOZ



INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
E OS CAMINHOS PARA CONTER O
CRIME ORGANIZADO NA **AMÉRICA LATINA**

CC BY NC SA

Foz do Iguaçu, 2026